

# Votação lenta pode atrasar Constituinte

Josemar Gonçalves

A Constituinte iniciou ontem a votação dos 321 artigos do Projeto de Constituição. Na sessão que durou quatro horas — de 13h30 às 17h30 —, foram apreciados quatro destaques, que representam o texto definitivo dos quatro primeiros artigos. Esse ritmo de votação não permitirá a aprovação do Projeto até o final do mês de agosto. Além disso, existem ainda as manobras de esvaziamento de plenário articuladas por parlamentares ligados ao Palácio do Planalto, que poderão prosperar na próxima semana, quando o deputado Ulysses Guimarães assumirá o exercício da Presidência da República por quatro dias.

Prevedo que o ritmo da votação de ontem não permite a conclusão dos trabalhos no prazo previsto, o deputado Ulysses Guimarães convocou os constituintes para um "esforço concentrado", que consiste na realização de sessões desde o início da tarde até a madrugada se necessário. "Fiz isso durante vários dias em 1985 e não morri",

Arquivo 11.06.85



Righi tentou a obstrução

## A nova Constituição

A partir de agora, o que for aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte será definitivo. As alterações a ocorrer sem restringirão à correção do texto, sem qualquer modificação no conteúdo.

A íntegra do que foi aprovado ontem é a seguinte:

### Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias, na ordem interna e internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

#### TÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I — a soberania;
- II — a cidadania;
- III — a dignidade da pessoa humana;

afirmou o presidente da Constituinte que foi aplaudido pelos poucos constituintes que estavam na Casa.

A tentativa prévia de obstrução dos interlocutores do Planalto ficou evidenciada quando o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP) pediu a palavra para "saber" como a proposta poderia ser aplicada se Ulysses estivesse na Presidência da República no início da próxima semana. "Não votamos quando o senhor não está presente", observou Righi. O presidente da Constituinte, no entanto, não precisou responder graças a intervenção do deputado José Genoíno (PT-SP) que afirmou que não interferiria no processo de votação.

#### Texto aprovado

O texto aprovado ontem não sofreu modificações essenciais em relação ao que foi aprovado no primeiro turno. Foram acolhidas apenas duas emendas que suprimiram repetições de princípios. A discussão ficou um pouco acirrada quando passaram a ser analisados os destaques relativos ao artigo 5º, que trata da igualdade de direitos aos brasileiros e estrangeiros residentes no País em relação a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade.

Serão analisadas na próxima sessão duas propostas polêmicas. A primeira prevê a supressão da palavra "residentes", com isso todas essas garantias seriam asseguradas aos estrangeiros que estivessem de passagem pelo Brasil inclusive, o direito de propriedade. A segunda, é uma emenda coletiva dos partidos de esquerda que querem a supressão do direito de propriedade dos direitos fundamentais.

IV — os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V — o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente nos termos desta Constituição.

Art. 2º São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I — garantir o desenvolvimento nacional;

II — construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil fundamenta suas relações internacionais nos seguintes princípios:

- I — independência nacional;
- II — prevalência dos direitos humanos;
- III — autodeterminação dos povos;
- IV — não-intervenção;
- V — igualdade entre os Estados;
- VI — solução pacífica dos conflitos;
- VII — defesa da paz;
- VIII — repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX — cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.



O líder do PMDB, Nelson Jobim, apresentou ontem a relação dos pontos polêmicos em que o partido aceita alterações

## PMDB já aceita mudar 21 pontos

O PMDB aceita realizar 21 das quase 60 alterações no projeto de Constituição proposta pelo PFL, PDS e pelo Governo. A supressão da moção de censura para os ministros, da estabilidade aos servidores públicos com mais de cinco anos, da aposentadoria aos servidores públicos, segundo as leis que melhor os beneficiem, e das anistias creditícia e fiscal, são alguns pontos que, com a concordância do PMDB, poderão sair do projeto.

A relação com os pontos consensuais entre as partes foi entregue a representantes do PFL, PDS e PTB pelo líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim. Apesar da concordância peemedebista, há

pontos que, por exemplo, parte do PFL não pretende suprimir. A anistia aos micro e pequenos empresários e aos mini, pequenos e médios produtores rurais é um ponto que o deputado José Lins (CE) — que está negociando em nome do PFL — não pretende ver suprimido.

O PMDB aceita também remeter para a lei ordinária a fixação do período da licença-paternidade, definida no projeto de Constituição em oito dias. Concorda ainda em suprimir a palavra "organizar", do inciso VIII do artigo 23, que diz que cabe à União, Estados, Distrito Federal e municípios "fomentar a produção agropecuária e organizar

o abastecimento alimentar». A supressão da expressão «de um salário mínimo» no dispositivo que garante este salário como benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e aos idosos que comprovem não ter meios para prover seu sustento também está entre os «pontos pacíficos» entre os três partidos.

#### Seis horas

O PMDB não abre mão, porém, de suprimir apenas a palavra «máxima», na jornada corrida de seis horas; de não fechar questão em torno do voto aos 16 anos; de não acabar com o imposto sobre grandes fortunas, além de manter o fim

dos contratos de risco e a permissão para que apenas empresas brasileiras de capital nacional exerçam a mineração. A manutenção dos dispositivos que tratam de greve também são pontos que o partido não pretende alterar.

Numa relação que distribuiu a todos os demais partidos, o PMDB se dispõe ainda a examinar a necessidade do mandado judicial páris-prisão, a proibição para a comercialização de sangue e hemoderivados, o tabelamento dos juros em 12% e a preferência para as empresas brasileiras de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público.

## Governo prevê entendimento

Aldori Silva 28.04.88

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Santos, informou ontem que o Governo e as lideranças na Constituinte estão dispostos a negociar 21 pontos do Projeto de Constituição. Ele citou a anistia fiscal, a aposentadoria pela lei que melhor beneficie o interessado, a prisão só mediante mandado judicial e a moção de censura aos ministros como alguns desses pontos.

"Já existem 21 pontos abertos a negociações. Isso decorre de iniciativa de parte a parte, e neste momento estão sendo avaliados e negociados", disse. Segundo o porta-voz, o objetivo do presidente Sarney em seu pronunciamento de terça-feira, foi o de levar uma contribuição aos trabalhos da Constituinte.

Para Carlos Henrique, tanto o presidente José Sarney como o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, fizeram o mesmo discurso, em sua essência, sobre os trabalhos da Constituinte. Ele lembrou que a linguagem dos dois foi a de que a Constituição, com as correções a serem feitas, será a grande guardiã da governabilidade.



Porta-voz Carlos Henrique

"É bom vocês lerem os dois discursos. Eles não disseram nada diferente. Todos as referências que o presidente José Sarney fez foram positivas. Ele ofereceu, aos constituintes, ponderações ao anteprojeto dentro do princípio de que se o texto não fosse corrigido se chegaria à ingovernabilidade", afirmou Carlos Henrique.

Ele concluiu lembrando que "todos os líderes que se pronunciaram foram unânimes em ressaltar que o projeto precisa de correções".

## Plenário só vota na 2ª

O cronograma oficial de votação da Constituinte, em segundo turno, não prevê sessões nas manhãs de sextas-feiras. Por isso, a maioria dos constituintes viajou, no final da tarde de ontem para seus Estados. Eles deverão retornar a Brasília, na tarde de segunda-feira (dia 1º de agosto), para a sessão da Assembleia Constituinte, marcada para às 13h30.

Antes do término da sessão de ontem, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pediu a todos os constituintes que retornem a Brasília para as votações da próxima semana.

Além das sessões de votação, que começarão às 13h30 prolongando-se até às 22h00, de segunda a quinta-feira, às lideranças partidárias, na Constituinte, terão reuniões diárias, também de segunda a quinta-feira, para a análise das matérias a serem levadas à votação no plenário.

As segundas-feiras, a reunião das lideranças será de 13 às 15h00, e de terça a quinta-feira de 9h30 às 13h00.

Na reunião das lideranças partidárias, na manhã de ontem no gabinete do líder do PMDB, na Constituinte, deputado Nelson Jobim, parlamentares analisaram até o inciso 22, do artigo 5º, do Projeto de Constituição, aprovado, globalmente, na quarta-feira passada. Graças a esses entendimentos, foi possível a realização das votações na tarde de ontem.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, disse que havendo os entendimentos entre as lideranças, a votação será tranqüila.

O líder do PMDB, Nelson Jobim, e do PTB, Gastone Righi, acham que através dos entendimentos prévios das lideranças o processo de votação será agilizado.